



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

COMISSÃO TEMÁTICA PROCESSANTE E DE NORMATIZAÇÃO

RELATÓRIO FINAL

RECURSO ESPECIAL

PROCESSO nº 68/00019/13

Auto de Infração e Imposição de Multa – AIIPM 68000045

RECORRENTE: PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO

**RECORRIDO: GERENTE DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO AMBIENTAL DE
SÃO SEBASTIÃO**

I- INTRODUÇÃO

O presente recurso especial foi analisado em duas reuniões desta Comissão Temática Processante e de NORMATIZAÇÃO. Na 43ª Reunião, ocorrida em 15/01/2015, foi dada ciência aos Conselheiros da apresentação do recurso, tendo sido designado como relator a Conselheira Tatiana Barreto Serra, representante da Procuradoria Geral de Justiça. Nesta mesma reunião foi aprovada pela Comissão a oitiva de representantes do órgão responsável pela autuação e da empresa autuada.

Na 44ª Reunião, ocorrida em 23/01/2015, foram ouvidos os representantes da CETESB (Agência Ambiental de São Sebastião), que prestaram informações sobre o objeto da atuação, e a representante da TRANSPETRO (Dra. Elizabeth Alves Fernandes – OAB/SP nº 278.185), que apresentou os principais argumentos da autuada, sustentando a improcedência da autuação. Foi dada a palavra aos conselheiros, que puderam fazer perguntas e comentários. Após as oitivas foi manifestado o entendimento preliminar de cada Conselheiro para subsidiar o relatório da Comissão.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

II. VOTO DO RELATOR

1. Trata-se de recurso especial interposto por PETROBRAS TRANSPORTE S.A. – TRANSPETRO, subsidiária integral de Petróleo Brasileiro S.A.-Petrobras, com fundamento no inciso I, do artigo 3º, do Decreto Estadual nº 55.087/09, e no inciso I, do artigo 14, da Deliberação CONSEMA Normativa nº 01/2013 contra a decisão que indeferiu recurso hierárquico referente ao Auto de Infração e Imposição de Multa – AIIPM 68000045 (fls. 22/23), no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).
2. Segundo se apurou, no dia 05/04/2013, por volta das 17h50, ocorreu o vazamento de óleo proveniente de uma linha de duto - de responsabilidade da Recorrente -, que liga um dos tanques do TEBAR ao píer deste terminal, atingindo o mar. Consta do Registro de Emergências Químicas (fls. 02) a descrição sucinta da Emergência Química, segundo a qual, durante a manutenção em um duto, uma das válvulas permaneceu aberta, dando causa ao vazamento para o mar de óleo combustível marítimo (MF380).
3. O evento foi comunicado ao Centro de Controle de Desastres e Emergências da CETESB no mesmo dia 05.04.2013 (fls. 02), oportunidade em que foi lavrado o auto de inspeção nº 1428897 (fls.06). Citada vistoria constatou o vazamento de óleo combustível (MF380), em volume não estimado, em válvula da ponte de acesso aos píeres. Devido ao horário não foi possível estimar o volume vazado e a área atingida, determinando-se o prosseguimento das medidas de contingência durante a madrugada.
4. Posteriormente, dando continuidade às ações de remediação e controle, realizaram-se diversas vistorias relatadas nos Autos de Inspeção nº 1428898 e 1430067, de 06/04/2013 (fls. 08/09 e 11); nº 1430068 de 07.04.2013 (fls. 13), que constaram que o óleo vazado havia atingido o Oceano Atlântico, mais precisamente o mar, as praias e as rochas dos seguintes locais: 1) canal de São Sebastião, entre o Porto Grande e a Praia das Cigarras; 2) Praias Pontal da Cruz e Arrastão, bem como o Porto Grande até a Praia da Figueira; 4) Praia do Pontal da Cruz e Deserta, bem como no costão denominado Ponto do Arpoador; 5) Praias Capricórnio, Massaguaçu e Cocanha, do Município de Caraguatatuba.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Além disso, foi realizado contato com a Vigilância Sanitária do Município, que relatou a existência de mancha de óleo sobre a cultura de mariscos na Praia das Cigarras (fls. 13).

5. A CETESB elaborou um Despacho (fls. 14/15), instruído com fotografias (fls. 16/19), que relata, de forma minuciosa, as praias atingidas pelo óleo vazado, as consequências desse atingimento e as medidas de contingência tomadas pela Recorrente. Segundo consta, também, do citado documento, em razão desse evento danoso o Setor de Águas Litorâneas tornou as praias atingidas impróprias ao banho, alterando o boletim de balneabilidade das praias, bem como substituiu as respectivas bandeiras. Consta, ainda, que as regiões da Praia de Massaguaçu e da Ilha do Tamanduá, em Caraguatatuba, estão abrangidas pela APA Marinha do Litoral Norte (Setor Cunhambebe), que, conforme o Decreto 55.525/2008, são consideradas áreas de manejo especial para a proteção da biodiversidade, o combate de atividades predatórias, o controle da poluição e a sustentação da produtividade pesqueira (fls. 15).

6. Com base no referido Despacho fundamentado, foi lavrado o Auto de Infração e Imposição de Penalidade de Multa – AIIPM. 68000045, que considerou a TRANSPETRO como incurso nas penalidades do artigo 61, c.c. inciso IV, do artigo 62, ambos do Decreto 6.514/2008 por *dificultar ou impedir o uso público das praias pelo lançamento de substâncias, efluentes, carreamento de materiais ou uso indevido dos recursos naturais* (fls. 22/23).

7. Aplicou-se, então, multa no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) à Recorrente (fls. 20/21), considerando situações agravantes e atenuantes, a saber:: 1) o volume de óleo vazado no mar; a extensão da área atingida, incluindo dois Municípios; os impactos causados ao meio ambiente, tais como: praias impróprias, costões rochosos, aquicultura, organismo marinhos e de costão; incômodos causados à população; bem como 2) a comunicação, pela Autuada, do vazamento à CETESB; a adoção de medidas imediatas para a eliminação do vazamento; a contenção da massa e a remoção do óleo de superfície d'água.

7



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

8. Na sequência, a TRANSPETRO apresentou impugnação ao auto de infração (fls. 49/68) e postulou pela produção de prova documental juntando os documentos de fls. 69/240 e 242/295.

9. Citada impugnação foi indeferida nos termos do Despacho CETESB (fls. 299) e do Parecer PJ nº 1201/203/PJM (fls. 301/310), encampados pelo r. despacho do Sr. Gerente de Departamento de Gestão (fls. 312).

10. Contra essa decisão foi interposto recurso administrativo (fls. 341/368). Juntou novos documentos a fls. 404/427 relativo ao atendimento dos pescadores e marisqueiros de São Sebastião e Caraguatatuba. Citado recurso não foi provido, consoante Parecer PJ nº 811/14/PJM (fls. 438/443), encampado pelo r. despacho do Sr. Diretor de Controle e Licenciamento Ambiental (fls. 444).

11. Foi, então, interposto o presente recurso especial (fls. 457/492) por meio do qual a recorrente visa:

A. Seja anulado o processo administrativo, por cerceamento de defesa, pois não foi ofertada a oportunidade de apresentação de alegações finais, nos termos da Lei Estadual 10.177/98, art. 63, IV, “d”;

B. Seja declarada a nulidade do Auto de Infração nº 41000466, pois: (i) houve erro de motivação, pois o Decreto Federal 6.514/2008 seria de aplicabilidade exclusiva do órgão federal, devendo a CETESB aplicar exclusivamente a legislação do Estado de São Paulo; (ii) deveria ter sido utilizada a Lei 9.966/2000¹ para o

¹ Dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências.

Art. 1º Esta Lei estabelece os princípios básicos a serem obedecidos na movimentação de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em portos organizados, instalações portuárias, plataformas e navios em águas sob jurisdição nacional.

Parágrafo único. Esta Lei aplicar-se-á:

I – quando ausentes os pressupostos para aplicação da Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição Causada por Navios (Marpol 73/78);

II – às embarcações nacionais, portos organizados, instalações portuárias, dutos, plataformas e suas instalações de apoio, em caráter complementar à Marpol 73/78;

III – às embarcações, plataformas e instalações de apoio estrangeiras, cuja bandeira arvorada seja ou não de país contratante da Marpol 73/78, quando em águas sob jurisdição nacional;

IV – às instalações portuárias especializadas em outras cargas que não óleo e substâncias nocivas ou perigosas, e aos estaleiros, marinas, clubes náuticos e outros locais e instalações similares.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

caso, que é própria para a poluição do mar por óleo, à luz do princípio a especialização; razão pela qual a CETESB deveria ter encaminhado o relatório circunstanciado ao órgão ambiental federal para a adoção, por aquele, das medidas corretivas; (iii) não foi observada a exigência de laudo técnico para caracterizar a ocorrência de dano ambiental, nos termos do artigo 61 do Decreto Federal nº 6.514/08.

- C. Seja anulado o auto de infração pela imediata recomposição do meio ambiente;
- D. Alternativamente, seja cancelado o auto de infração e aplicado o mecanismo de substituição da multa por medidas de melhoria e recomposição do meio ambiente, ou, ainda, aplicada a multa no mínimo legal permitido;
- E. Alternativamente, que seja determinada a redução da multa imposta no percentual de 90% (noventa por cento) em razão da Recorrente ter realizado todas as obrigações assumidas com a CETESB; ou, ainda, seja compensado o valor total desembolsado nas inúmeras medidas de contenção dos danos ambientais.
12. Eis o relato do essencial.

II-MOTIVAÇÃO

a) Da admissibilidade.

13. De proêmio, verifica-se a tempestividade e o cabimento do presente recurso especial, nos termos do inciso I, e do § 1º do artigo 3º do Decreto Estadual nº 55.087/09², respectivamente, c.c o artigo 19 do Decreto Estadual nº 60.342/14³, circunstâncias que recomendam o seu conhecimento.

² Decreto nº 55.087/2009, "Artigo 3º - Nos procedimentos referentes a auto de infração por desrespeito à legislação ambiental, caberá recurso especial ao CONSEMA nas seguintes hipóteses: I - decisões proferidas em grau de recurso pelas autoridades ou órgãos do SEAQUA relativas a penalidades de multa de valor superior a 7.500 (sete mil e quinhentas) UFESP's; (...) § 1º - O recurso especial será interposto no prazo de 10 (dez) dias, contados da data da publicação ou notificação da decisão, e será dirigido à autoridade ou órgão prolator da decisão que, se não o reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias, encaminhará o recurso devidamente instruído ao CONSEMA".



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

14. Com efeito, a quantia de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) supera o valor de 7.500 UFESPs e o presente recurso especial foi interposto em 29.10.2014, ou seja, em 07 (sete) dias após o início do prazo recursal, contado a partir do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da notificação da decisão de diretoria, em 22/10/2014 (fls. 453 verso).

b) Do mérito.

15. No mérito, o recurso não merece provimento.

16. **Da ausência de nulidade do processo administrativo em razão da não concessão de prazo para o oferecimento de alegações finais previstas no art. 63, IV, “d”, da Lei Estadual nº 10.177/98.** De fato, não há que se falar em anulação do processo administrativo, sob alegação, equivocada, de cerceamento do direito da defesa.

17. Com efeito, o presente processo administrativo segue o procedimento previsto no Decreto Federal nº 6.514, de 22 de julho de 2008⁴, tendo sido ofertadas, à Recorrente, todas as oportunidades de apresentação de defesa. Tanto assim que apresentou impugnação à lavratura do Auto de Infração, juntou diversos documentos aos autos para a comprovação de suas alegações e, ciente das decisões que indeferiram os seus pleitos, interpôs Pedido de Reconsideração (Recurso Administrativo) e o presente Recurso Especial, agora junto a este Egrégio Conselho.

18. Veja-se que após a juntada dos documentos que fundamentaram a lavratura do Auto de Infração a autoridade administrativa não apresentou qualquer outra prova; os documentos acostados aos autos foram ofertados, exclusivamente, pela própria Recorrente, que discutiu todo o conteúdo constante dos autos. Destarte, foi oportunizada ampla possibilidade de defesa por parte da Autuada, não se justificando as alegadas “alegações finais”, já que nenhuma prova nova foi produzida pela autoridade

³ Decreto nº 60.342/2014, “Artigo 19 - Da decisão da Comissão de Julgamento de Autos de Infração Ambiental não caberá recurso, ressalvado o disposto na Lei nº 13.507, de 23 de abril de 2009, e no Decreto nº 55.087, de 27 de novembro de 2009”.

⁴ Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

administrativa no curso do processo que justificasse a manifestação por parte da Recorrente, que discutiu todo o conteúdo constante dos autos. Destarte, foi oportunizada ampla possibilidade de defesa por parte da Autuada, não se justificando as alegadas “alegações finais”, já que nenhuma prova nova foi produzida pela autoridade administrativa no curso do processo que justificasse a manifestação por parte da Recorrente.

19. Foram, enfim, respeitadas as formalidades mínimas do contraditório, ampla defesa e fundamentação de acordo com os elementos apresentados, não havendo razão para a anulação do processo administrativo.

20. Importante consignar, ainda, que a Lei Estadual 10.177/98 regula os atos e procedimentos administrativos da Administração Pública centralizada e descentralizada do Estado de São Paulo “*que não tenham disciplina legal específica*” (art. 1º). Assim, possui aplicação subsidiária, afastada, pois, diante da existência de procedimento específico para a aplicação da penalidade administrativa no caso em tela.

21. **Da ausência de nulidade do Auto de Infração nº 41000466, pois inexistente erro de motivação.** Não procede o argumento lançado pela Recorrente no sentido de que o Decreto Federal 6.514/2008 seria de aplicabilidade exclusiva do órgão federal, devendo a CETESB aplicar exclusivamente a legislação do Estado de São Paulo.

22. De fato, não há qualquer prevalência da legislação do Estado de São Paulo em relação ao tipo administrativo inculcado no artigo 61 c.c. inciso IV, do artigo 62, ambos do Decreto 6.514/2008.

23. Consoante já afirmado nos autos do Recurso Especial nº 410010013, no qual a Transpetro apresentou o mesmo argumento, tratando-se de competência legislativa, à União, aos Estados e ao Distrito Federal compete legislar concorrentemente sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo, dos recursos naturais, proteção do meio ambiente, controle da poluição, proteção ao patrimônio turístico e paisagístico, bem como responsabilidade por dano ao meio ambiente (art. 24, VI, VII, VIII). No âmbito da legislação concorrente, a competência da União deve limitar-se a



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

estabelecer normas gerais, não excluindo a competência suplementar dos Estados, que podem ainda exercer competência legislativa plena, quando não editada a lei de normas gerais pela União (art. 24, §§ 1º a 3º). Aos Municípios compete suplementar as legislações nacional e estadual, naquilo que couber (art. 30, II).

24. Valendo-se do permissivo constitucional a União Federal editou lei de caráter nacional, a Lei 9.605/98, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, regulamentada pelo Decreto Federal 6.514/2008. O Estado de São Paulo, por sua vez, valendo-se de sua competência suplementar e plena (na falta de norma geral de caráter nacional) editou a Lei Estadual nº 997/76, regulamentado pelo Decreto Estadual 8.486/76, com as alterações procedidas pelo Decreto Estadual 54.487/09.

25. Têm-se, portanto, válidas e vigentes, textos normativos gerais de âmbito nacional e textos normativos estaduais que tipificam condutas e atividades que causem dano ao meio ambiente. Dentro desse plexo de textos normativos, não há que se falar na preferência da legislação estadual sobre a legislação nacional ou vice-versa, mas, sim, da especificidade de um tipo administrativo em relação ao outro, de modo que a conduta ou atividade que causou o dano esteja espelhada, da melhor maneira possível, no tipo legal que a recrimina. Preferência há na autuação da autoridade Estadual, tendo em vista o disposto no § 3º, do art. 17, da Lei Complementar 140/11, pois a atividade empreendida pela Recorrente, da qual resultou o vazamento de óleo para diversas praias do Litoral Norte, é licenciada pela CETESB.

26. O fato é que a atividade desenvolvida pela recorrente ocasionou um vazamento de óleo, poluindo as diversas praias de São Sebastião e Caraguatatuba, em níveis tais que impediu seu uso, tornando necessária a interdição pela autoridade administrativa.

27. Tais circunstâncias se amoldam, com precisão, no tipo administrativo previsto no artigo 61, c.c. inciso IV, do artigo 62, ambos do Decreto Federal nº 6.514/2008, que assim dispõe, *in verbis*:



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

“Art. 61. Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da biodiversidade:

laudo técnico elaborado pelo órgão ambiental competente, identificando a dimensão do dano decorrente da infração e em conformidade com a gradação do impacto”.

“Art. 62. Incorre nas mesmas multas do art. 61 quem: (...) IV - dificultar ou impedir o uso público das praias pelo lançamento de substâncias, efluentes, carreamento de materiais ou uso indevido dos recursos naturais”;

28. Por esse motivo, outra solução não haveria de ser adotada pela autoridade administrativa, senão enquadrar o evento danoso causado pela recorrente na descrição típica prevista no Decreto Federal nº 6.514/2008.

29. **Da desnecessidade de laudo técnico.** Ao contrário do que foi sustentado pela recorrente, não há determinação legal que a obrigue a elaborar um laudo técnico como condição e validade para o regular procedimento administrativo de cunho sancionatório.

30. Mais a mais, é importante destacar que a insurgência do recorrente não se relaciona com qualquer imprecisão no dimensionamento do dano ambiental. É incontroversa que a contaminação do corpo hídrico decorreu de vazamento do oleoduto OSRIO, fato admitido pela recorrente por meio do Comunicado ao Centro de Controle de Desastres e Emergências da CETESB (fls. 02), pelos planos de ação pós emergência (fls. 77/240 e 245/295), pelo relatório de atendimento da comunidade de pescadores e marisqueiros de São Sebastião e Caraguatatuba (fls. 404/427) e pela comunicação do Setor de Águas Litorâneas determinando a interdição das praias atingidas pelo óleo (fls. 14/15).

31. Veja-se, por outro lado, que não interessa à tipificação administrativa da conduta lesiva da Recorrente quantos metros cúbicos de óleo vazaram da sua tubulação, mas apenas se esse lançamento de substância, de sua responsabilidade, dificultou ou impediu o uso público das praias.

32. Ademais, ainda que não tenham sido designados de laudo de constatação, a finalidade do texto legal foi atendida pelos inúmeros Autos de Inspeção elaborados pela CETESB e juntados aos autos (fls. 06, 08/09, 11, 13), que constaram o vazamento do óleo,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

que atingiu o Oceano Atlântico, mais precisamente o mar, e diversas praias e formações rochosas de São Sebastião e Caraguatatuba. Ademais, a CETESB elaborou Despacho fundamentado (fls. 14/15), instruído com fotografias das áreas atingidas (fls. 16/19), que relata, de forma minuciosa, as praias contaminadas pelo óleo vazado, as consequências desse atingimento, a exemplo da interdição das praias.

33. Evidente, pois, a comprovação do dano ambiental, bem como a identificação da sua dimensão e a gradação do impacto por ele provocado no meio ambiente e na coletividade, não havendo qualquer insuficiência de danos para a aplicação da penalidade no patamar em que fora aplicada, motivo pelo qual se mantém hígido o procedimento administrativo que culminou com a lavratura do Auto de Infração e Imposição de Multa – AIIPM 68000045, no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

34. **Da não aplicação da Lei nº 9.966/2000.** *In casu*, inaplicável a Lei nº 9.966/2000, que “dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências”.

35. Citada norma legal “estabelece os princípios básicos a serem obedecidos na movimentação de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em portos organizados, instalações portuárias, plataformas e navios em águas sob jurisdição nacional” (art. 1º). E, em seu artigo 2º, inciso XIII, instalação portuária ou terminal como sendo a “instalação explorada por pessoa jurídica de direito público ou privado, dentro ou fora da área do porto organizado, utilizada na movimentação e armazenagem de mercadorias destinadas ou provenientes de transporte aquaviário”.

36. Assim, considerando que o vazamento de óleo ocorreu na dutovia do píer (válvula de acesso aos píeres) e, portanto, em terra, não há que se falar na aplicação da lei citada pela Recorrente.

37. **Da correta dosimetria da pena.** Os valores atribuídos à penalidade de multa devem ser aqueles fixados pelo preceito secundário do artigo 61 do Decreto 6.514/08



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

que estipula pena de multa no valor o mínimo de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e o máximo de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), em consonância com o disposto no artigo 75 da Lei 9.605/98, que estabelece que o valor da multa de que trata este Capítulo será fixado no regulamento desta Lei.

38. Em verdade, consoante já afirmado em Recurso Especial anterior, há uma união indissolúvel entre o preceito primário (descrição da atividade ou conduta infracional) e o preceito secundário do tipo administrativo sancionador (descrição da sanção administrativa). É a união de ambos os preceitos que constitui o próprio tipo administrativo, não se admitindo que a autoridade administrativa, cujo mister é cumprir a lei, legisle por via indireta, aglutinando em um só, preceitos isolados de outros textos normativos ainda vigentes, criando o que se denominou de *lex tertia*.

39. Nesse compasso, legítimo o escalonamento proposto pela autoridade que lavrou o auto de infração, que diante da inexistência de critérios na lei federal para quantificar o valor da multa devido, utilizou-se, como paradigma interpretativo, do procedimento previsto no Decreto Estadual 8.468/76, escalonando o valor da multa prevista em três faixas distintas a depender da gravidade da infração, nos seguintes termos:

- I - De R\$ 5.000,00 a R\$ 500.000,00, nas infrações leves;
- II - De R\$ 500.001,00 a 25.000.000,00 nas infrações graves;
- III - De R\$ 25.000.001,00 a 50.000.000,00 nas infrações gravíssimas (fls. 66/67).

40. Ato contínuo, pelo fato de que houve o despejo de óleo nas águas do Oceano Atlântico, o que gerou a contaminação de diversas praias, atingindo dois Municípios e determinando, inclusive, a interdição destas para uso público por vários dias; que o óleo atingiu os costões rochosos e culturas de marisqueiros localizados em Unidade de Conservação – APA Litoral Norte – Setor Cunhambebe, sendo necessário o descarte de 9.000 toneladas de mariscos (fls. 335); considerou-se a infração administrativa como grave e, portanto, passível de multa no valor de R\$ 12.500.000,00.

41. Todavia, considerando-se como atenuantes as ações desencadeadas pela Recorrente para a minimização e correção dos problemas ambientais ocasionados, como a implantação de barreiras de contenção nas praias, remoção do óleo em superfície d'água,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

remoção dos mariscos com risco de contaminação, houve um desconto de 20% na multa imposta, reduzindo-a para a quantia de 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

42. Não se verifica, portanto, nenhum vício que possa acarretar na ilegalidade da pena fixada, que adotou parâmetros razoáveis e proporcionais na quantificação do valor da multa a ser imposto, segundo as circunstâncias do caso concreto.

43. **Da impossibilidade de conversão da pena de multa por medidas de melhoria e recomposição do meio ambiente na forma já implementada pela TRANSPETRO e da não anulação do auto de infração pela imediata recomposição do meio ambiente.** Consoante já afirmado por esse Egrégio Conselho em Recurso Especial anterior da lavra da própria Transpetro, ao dispor sobre a possibilidade de conversão da pena de multa simples na prestação de serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, o § 4º do art. 72 da Lei 9.605/98 deve ser interpretado à luz do disposto no § 3º do art. 225 da Constituição Federal, que estabelece a independência entre as esferas civil, penal e administrativa, na reparação e punição do dano ambiental, *in verbis*:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 3º - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

44. Assim, somente deve-se admitir a conversão da penalidade de multa simples na prestação e serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente quando as atividades a serem desempenhadas não se confundam com aquelas que decorrerem da responsabilidade civil do degradador.

45. Da mesma forma, considerando a independência das responsabilizações civil e administrativa, a reparação do dano ambiental não gera inexistência da infração administrativa e, pois, não interfere na lavratura do Auto de Infração. No máximo, poderá ser considerada como atenuante na valoração do valor da multa, como ocorreu no presente caso.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

46. Ademais, a Recorrente não efetuou a efetiva reparação do dano, pois apenas empreendeu medidas de contenção e minimização do dano ambiental já perpetrado.

47. Por tais razões, não procedem os pedidos de conversão e de anulação do auto de infração deduzidos pela Recorrente em razão das medidas de reparação do meio ambiente.

48. **Da impossibilidade de redução em 90% da multa fixada ou de compensação com o valor desembolsado pela TRANSPETRO nas medidas de recuperação.** O desconto efetuado na ordem de 20 % da multa fixada, se mostrou proporcional e razoável, face a gravidade da infração e as circunstâncias do caso concreto.

49. Ainda que as ações desencadeadas pela recorrente para a minimização e correção dos problemas ambientais ocasionados - como a implantação de barreiras de contenção nas praias, remoção do óleo em superfície d'água, remoção e descarte dos mariscos com risco de contaminação - tenham sido consideradas como atenuantes, não se pode olvidar que se imputou a recorrente infração grave.

50. Há que se destacar que, consoante Autos de Inspeção nº 1428898 e 1430067, de 06/04/2013 (fls. 08/09 e 11); nº 1430068 de 07.04.2013 (fls. 13), q o óleo vazado atingiu o Oceano Atlântico, mais precisamente o mar, as praias e as rochas dos seguintes locais: 1) canal de São Sebastião, entre o Porto Grande e a Praia das Cigarras; 2) Praias Pontal da Cruz e Arrastão, bem como o Porto Grande até a Praia da Figueira; 4) Praia do Pontal da Cruz e Deserta, bem como no costão denominado Ponto do Arpoador; 5) Praias Capricórnio, Massaguaçu e Cocanha, do Município de Caraguatatuba. Além disso, foi realizado contato com a Vigilância Sanitária do Município, que relatou a existência de mancha de óleo sobre a cultura de mariscos na Praia das Cigarras (fls. 13).

51. Além disso, o Despacho CETESB (fls. 14/15), instruído com fotografias (fls. 16/19), relatou, de forma minuciosa, que, em razão desse evento danoso, o Setor de Águas Litorâneas tornou as praias atingidas impróprias ao banho, alterando o boletim de balneabilidade das praias, bem como substituiu as respectivas bandeiras. Consta, ainda, a



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

contaminação das regiões da Praia de Massaguaçu e da Ilha do Tamanduá, em Caraguatatuba, abrangidas pela APA Marinha do Litoral Norte (Setor Cunhambebe) e consideradas áreas de manejo especial para a proteção da biodiversidade, o combate de atividades predatórias, o controle da poluição e a sustentação da produtividade pesqueira (fls. 15). Citada contaminação gerou, ainda, o descarte de 9.000 toneladas de mariscos por risco de contaminação.

52. Todos esses fatos, considerados em seu conjunto, demonstram a inviabilidade de se conceder um desconto de 90% sobre o total da multa consolidada, cujo desconto deve se manter no patamar de 20 %, tendo em vista as circunstâncias do caso concreto.

53. Por fim, não há como se compensar o valor total desembolsado pela Transpetro nas inúmeras medidas de contenção dos danos ambientais. Admitir-se essa hipótese seria possibilitar a conversão da pena de multa em medidas de melhoria e recomposição do meio ambiente, o que não se aplica, consoante exposto no item anterior.

CONCLUSÃO

54. Diante do exposto, submete-se o presente relatório à deliberação do egrégio Plenário do Conselho Estadual do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, com a proposta de conhecimento do recurso especial interposto e de seu desprovimento, pelos fundamentos de fato e de direito expostos.

São Paulo, 04 de fevereiro de 2015.

TATIANA BARRETO SERRA

Relatora